

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO (CLJR)

Parecer n. 131/2017

Objeto: Projeto de Lei n. 4.625, de 22 de setembro de 2017, que “Autoriza o Município de Patos de Minas contratar com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A – BDMG, operações de crédito com outorga de garantia”.

Autoria: EXECUTIVO MUNICIPAL

Relator: Vereador OTAVIANO MARQUES DE AMORIM

1. RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei que visa autorizar o Município de Patos de Minas a celebrar com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A – BDMG, operações de crédito com outorga de garantia até o montante de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), destinadas ao financiamento de obras de infraestrutura urbana, conforme a legislação vigente, com destaque a Lei Complementar n.º 101/2000.

O Chefe do Executivo justifica a necessidade da proposta, uma vez que o investimento supracitado será direcionado para obras de drenagem urbana da Avenida Marabá e para a duplicação do acesso à Cidade Administrativa do Município e ao Bairro Eldorado.

Com vistas a subsidiar os argumentos suscitados no projeto, foram juntadas cópias da minuta do Projeto de Lei Ordinária Autorizativa fornecido pelo BDMG; Termo de Habilitação do Município no programa de financiamento do referido Banco; Carta Consulta e; Edital de Habilitação 2017 – Linha de Financiamento BDMG Urbaniza.

Com fulcro no Regimento Interno, o Presidente da Câmara Municipal admitiu a tramitação e promoveu a distribuição do projeto de lei às comissões permanentes, conforme se infere do despacho prolatado.

2. RAZÕES

O projeto de lei em referência se enquadra na categoria legislativa de lei ordinária.

No que tange à constitucionalidade e legalidade, constata-se que o projeto não contraria as disposições constitucionais, tampouco a legislação infraconstitucional.

Não há vícios de iniciativa.

No tocante à técnica de redação, o projeto atende as determinações da Lei Complementar Municipal nº. 400, de 9 de abril de 2013, que trata das regras atinentes à elaboração, alteração e consolidação das leis municipais.

Em razão do exposto, tendo em vista a constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, voto pela aprovação do presente projeto de lei em primeiro turno de discussão e votação

É como voto.

Câmara Municipal de Patos de Minas, 25 de setembro de 2017.

Vereador OTAVIANO MARQUES DE AMORIM

Relator

Vereador ISAIÁS MARTINS DE OLIVEIRA

Membro da CLJR

Vereadora MARIA DALVA DA MOTA AZEVEDO -

Dalva Mota

Membro da CLJR